

ELEIÇÕES PARA A ORDEM DOS ECONOMISTAS

PLATAFORMA ELEITORAL

Os Economistas ao serviço do País

1. O País precisa dos Economistas e da Ordem dos Economistas

A situação económica e social que o país atravessa exige dos Economistas uma responsabilidade acrescida.

Depois de mais de duas décadas de débil crescimento ou mesmo estagnação económica, não obstante todas as ajudas anteriores de que beneficiou, depois de ter assistido ao desaparecimento de algumas das melhores empresas do sector produtivo e financeiro, Portugal encontra-se hoje num momento decisivo da sua História.

Por um lado, necessita de dar resposta aos desafios da recuperação das dinâmicas de crescimento sustentado e de convergência com os parceiros da União Europeia e da Zona euro. Por outro lado, tem de investir na diversificação produtiva, contrariando a excessiva dependência do turismo que se acentuou após a crise de 2008-2009. Simultaneamente, tem de dar atenção efetiva à regressão demográfica que se afirma com cada vez mais força, limitando o potencial de criação e distribuição de riqueza a longo prazo, bem como aos efeitos que a perda de rendimentos das chamadas classes médias - entre as quais se enquadram os economistas -, tem tido na capacidade de inovação, na dinâmica da procura interna, ou na saída para o exterior de muitos dos mais promissores da geração mais bem formada do país.

Num plano mais imediato e operacional, das ações em curso ou previstas no contexto da designada Recuperação e Resiliência, designadamente no âmbito do Acordo de Parceria Portugal 2020, do Plano de Recuperação Europeu - *Next Generation EU*, do Quadro Financeiro Plurianual 2021 - 2027, bem como no âmbito dos próximos orçamentos de Estado, exige-se prioridade aos efeitos em termos de crescimento económico e sustentabilidade, sentido de interesse público, planificação adequada, eficiência na aplicação dos fundos e monitorização rigorosa. A enquadrar tudo isto, exige-se a afirmação de um interesse estratégico e de uma perspetiva coerente de médio e longo prazos que têm faltado ao país e que, em larga medida, é responsável pela tendência estagnante que se tem afirmado nas últimas duas décadas.

Os Economistas, cujo ofício consiste, precisamente, em contribuir para tornar mais eficiente a produção de riqueza e para a melhoria da organização económica da sociedade, têm pela frente um desafio único, à sua competência e profissionalismo.

Num plano macroeconómico, exige-se que os Economistas deem atenção aos constrangimentos estruturais, à necessidade de correção dos desequilíbrios internos e externos e à sustentabilidade e solidariedade intergeracionais. Num plano microeconómico, exige-se o comprometimento com o reforço da estrutura empresarial, a diversificação produtiva, a transformação tecnológica, a inovação de produto e organizacional e a qualidade da gestão a todos os níveis.

À Ordem dos Economistas, enquanto instituição representativa da classe dos Economistas exige-se, em conformidade, uma responsabilidade acrescida.

A um nível mais geral, é imprescindível uma maior aposta na mobilização e consciencialização dos economistas para a necessidade de serem agentes privilegiados, empenhados e com elevado sentido do interesse público e responsabilidade, nas transformações que importa introduzir na economia e na estrutura empresarial do país.

É, ainda, necessário um maior empenho na defesa do papel e da competência dos economistas, para a seleção, organização, execução e controle das ações que, aos diferentes níveis e nos diferentes planos, deverão ser adotadas para reverter as consequências económicas da crise da Covid-19 e reencontrar as dinâmicas de transformação estrutural e de crescimento sustentado da economia portuguesa.

À Ordem cabe uma enorme responsabilidade de atuar para que a contribuição dos Economistas para o bem geral, seja uma realidade, reforçando e tornando referência uma cultura e prática de exercício da profissão exigente, teórica e tecnicamente evoluída, e eticamente irrepreensível.

2. Três eixos estratégicos de intervenção

Na sua ação, a Ordem deve privilegiar três eixos de intervenção fundamentais.

O primeiro eixo é o do reforço da identidade, coesão e prestígio da classe profissional dos economistas.

Num contexto em que todos se afirmam especialistas em economia, é importante reafirmar que para exercer a profissão de economista é necessária formação competente, especializada e continuada, a nível académico, técnico, profissional e deontológico, nos diversos domínios, que não se adquire sem esforço e sem reconhecimento pelos próprios pares.

A formação dos economistas é múltipla e diversificada, contempla diversas referências teóricas e múltiplas metodologias e práticas de intervenção. Acima de tudo, exige conhecimento profundo, experiência e exercício responsabilizado da profissão, escrutínio público e confronto com os pares, que encontra na Ordem dos Economistas uma instituição privilegiada de aferição e de garantia.

Não é economista quem quer, mas quem tem competência para isso. E cabe à Ordem uma responsabilidade exclusiva e intransmissível, perante a sociedade e perante a classe, de garantir a qualidade, o prestígio e a afirmação da profissão. Nesta perspetiva, no quadro da revisão anunciada da Lei-Quadro das Associações Públicas, faz todo o sentido recuperar a discussão sobre o significado do ato económico e do seu exercício exclusivo pelos economistas, designadamente no âmbito da Administração Pública.

À Ordem dos Economistas exige-se mais do que nunca, no atual contexto, que assuma a sua missão de, “... assegurar a defesa e a promoção da profissão de economista, nos domínios científico, pedagógico, técnico e profissional, a salvaguarda dos princípios deontológicos que norteiam o exercício da referida profissão e proteger os interesses profissionais dos seus membros e os interesses públicos relacionados com a sua prestação profissional” (Art.º 3º, nº 1, dos Estatutos).

Os Conselhos de Especialidade deverão ser chamados, nesta matéria a desempenhar mais ativamente as competências que lhes estão atribuídas, designadamente nos termos da alínea h) do artigo 48º dos estatutos.

Uma atenção especial deve, naturalmente, ser prestada aos jovens economistas. Desde logo no acompanhamento da sua inserção na vida ativa, contrariando tendências atuais de desqualificação e desvalorização da sua competência profissional, mas também no apoio posterior ao seu desenvolvimento e progressão profissional. Deverá constituir prioridade, neste âmbito, a criação de um **Gabinete de Apoio à Inserção e Valorização Profissional dos Jovens Economistas** que, entre outros projetos, se preocupe com o desenho e promoção de um **Programa de Estágios Profissionais**, um **Programa de Formação Especializada e Contínua**, e uma **Plataforma de Oferta de Empregos**, a nível nacional e internacional, incluindo a nível de consultoria. Deve igualmente ser institucionalizada a **realização regular de um Encontro de Jovens Economistas** que, simultaneamente, possa constituir **uma jornada de afirmação da Ordem, não apenas entre os economistas mais jovens, mas igualmente entre os finalistas das Universidades e jovens recém-licenciados ou em níveis de formação pós-licenciatura. A este nível deve ser desenhada uma estratégia coerente de cooperação com as diversas Escolas, em particular com os respetivos gabinetes de carreiras.**

Uma atenção igualmente especial deve ser dada ao objetivo da igualdade de género entre os economistas. De facto, tem aumentado muito o número de economistas mulheres, e a sua importância em todos os domínios de especialização. Já hoje estão, em termos de novas formações, em paridade com os homens ou mesmo em número superior. Contudo, continuam a não estar em pé de igualdade quando se sobe na hierarquia das instituições, não obstante também aqui se esteja a assistir a alguma mudança na situação.

Cabe à Ordem, igualmente, um papel decisivo na promoção da igualdade de género no exercício da profissão de economista, propondo-se, para esse efeito, a criação de um Grupo de Trabalho para a Igualdade de Género na Profissão, composta por colegas dos diferentes Colégios de Especialidade que avalie a situação atual e proponha medidas consideradas adequadas para a correção das assimetrias verificadas.

A um nível mais geral, é vital que a Ordem se empenhe na defesa e promoção das condições que envolvem o exercício digno e dignificante da profissão, através de mecanismos de salvaguarda dos interesses profissionais dos economistas em geral, do apoio valorização profissional, nas situações de mudança ocupacional, ou na situação de aposentação, sem esquecer outros aspetos de natureza extraprofissional, de convívio e de prestação de serviços aos seus membros. Com esta preocupação, deverá ser criada uma **Área de Prestação de Serviços**, que tenha por missão dar resposta às necessidades profissionais e extraprofissionais dos membros, que contemple diferentes facetas da vida dos economistas, desde o apoio jurídico, aos complementos de reforma, passando pela saúde, atividades de lazer, e outras.

No âmbito da relação da Ordem com os seus membros é fundamental, ainda, que se recupere o **Congresso dos Economistas** enquanto espaço e momento privilegiado de discussão sobre as condições de exercício da profissão, as necessidades dos economistas enquanto grupo profissional e o papel da Ordem enquanto expressão organizada dos Economistas. Faz todo o sentido que **o próximo Congresso seja precisamente subordinado ao tema “A Ordem dos Economistas face aos desafios atuais da Sociedade portuguesa”.**

Finalmente, deve ser lançada de imediato uma campanha de angariação de membros, promovida pela Direção Central em articulação com as direções regionais, assim como de

recuperação de associados que, por motivos diversos, suspenderam ou cancelaram a sua inscrição na Ordem.

Tornar a Ordem uma instituição sentida como inseparável da condição de Economista, deve ser um grande desiderato e um objetivo estratégico.

O segundo eixo de intervenção privilegiada da Ordem é o do relacionamento com a Sociedade.

É fundamental que a Ordem, enquanto representante da profissão dos economistas, esteja atenta à evolução da economia, às necessárias reformas que promovam o crescimento económico e a produtividade e reforcem a estrutura empresarial do país, aos desafios da competitividade interna e externa, do progresso tecnológico e da gestão organizacional e à evolução da ciência económica, nos seus diferentes domínios e áreas de especialidade. É capaz de pugnar para que, em cada momento e nas situações mais importantes para a vida do país, a voz competente e plural dos economistas se faça ouvir, de forma a contribuir para uma melhor análise dos problemas e das questões em aberto e para uma decisão tecnicamente mais sustentada e abrangente.

Tendo a Europa definido um caminho de investimentos e reformas que mudando a natureza da economia, potenciam a criação de emprego e de riqueza, a Ordem tudo deve fazer para que em Portugal a classe dos economistas tenha um papel acrescido na análise e crítica dos projetos que se irão desenvolver.

No imediato, e no contexto da execução do Plano de Recuperação e Resiliência e dos objetivos de transformação estrutural que estão programados para os próximos anos, a Ordem dos Economistas deve ter uma palavra de referência a dizer quanto ao modo como as ações deverão ser desenvolvidas e acompanhadas. Desde logo, na garantia de que os financiamentos se destinam prioritariamente a projetos que contribuem para uma efetiva mudança qualitativa e dinamização da economia portuguesa e respeitam os objetivos globais com a digitalização, as alterações climáticas e a sustentabilidade. A Ordem deve também ter um papel ativo na monitorização da execução, das fugas à transparência e equidade exigidas, bem como em relação à aplicação dos critérios de exigência, integridade pública, responsabilidade e rigor que devem presidir à distribuição de verbas pelos diferentes sectores de atividade, incluindo a proposta de métricas de avaliação de resultados ou de análise de impactos. **Justifica-se, com este objetivo, a criação no seio da Ordem de um Observatório da Recuperação Económica e Desenvolvimento Sustentável, integrado por economistas de referência dos diferentes colégios de especialidade, para acompanhar o desenvolvimento e aplicação das ações previstas e propor as iniciativas que sejam consideradas adequadas para uma mais eficiente e transparente monitorização dos diferentes programas e medidas. No caso de ser criada uma estrutura do género pelo Governo, a Ordem deve reivindicar a sua participação.**

Dependendo o nosso futuro, em larga medida, do que o país conseguir fazer na Europa, a Ordem também não se poderá alhear da discussão em curso sobre o futuro da Europa. **Justifica-se tomar a iniciativa de realizar nesta perspetiva uma grande Conferência em que o tema central seja precisamente “Portugal e o futuro da Europa”.**

Devemos igualmente aprofundar, em particular, as nossas relações no plano ibérico, aprofundando a cooperação já existente, dando mais conteúdo e visibilidade aos Encontros regulares entre a *Ordem dos Economistas de Portugal* e o *Consejo General de Economistas de Espanha*. **A este respeito, propõe-se que se organize um Grande Encontro de economistas**

dos dois países ibéricos que debata as relações entre Portugal e Espanha no quadro da discussão sobre o futuro da Europa. Esse Encontro deve constituir, ainda, um fórum de discussão sobre uma estratégia de cooperação a médio prazo entre as duas organizações representativas dos Economistas que inclua o acompanhamento do desenvolvimento das relações económicas e empresariais entre os dois países ibéricos.

Ainda neste contexto, justifica-se o relançamento da atividade da Associação Lusófona de Economia - ALECON, criada em janeiro de 2020, mas interrompida nos seus projetos pelo desenvolvimento da pandemia, enquanto instituição agregadora de economistas e outros agentes económicos dos países lusófonos. **O objetivo de realização de um Encontro anual deve ser institucionalizado, organizado rotativamente nos diferentes países, devendo ser retomado o projeto de realização do II Encontro de Economistas de Língua Portuguesa em Cabo Verde, como estava programado, antes da crise pandémica.**

O terceiro eixo de intervenção da Ordem é o do relacionamento institucional.

Exige-se que a Ordem, na sua missão de defesa e afirmação da classe dos economistas, faça chegar a sua voz aos órgãos de soberania e às organizações e instituições relevantes da chamada sociedade civil e com elas partilhe e discuta a sua visão das questões económicas e sociais. Este relacionamento deve realizar-se, no plano político, aos diferentes níveis do poder executivo e legislativo, mas igualmente no plano das organizações económicas, empresariais, parceiros sociais e outras organizações relevantes para o exercício pleno das suas responsabilidades enquanto instituição específica perante a sociedade de que é parte integrante.

Uma atenção especial deve ser dada ao relacionamento com as outras Ordens e organizações profissionais, designadamente no âmbito do CNOP – Conselho Nacional das Ordens Profissionais, não apenas procurando estabelecer plataformas de cooperação estáveis e conducentes a uma intervenção conjunta na sociedade portuguesa e junto das instituições, mas também para afirmar a importância das associações profissionais para a promoção do desenvolvimento económico e social em Portugal. Esta cooperação é particularmente importante no contexto atual em que se anunciam alterações legislativas relacionadas com o enquadramento institucional das associações profissionais. A Ordem dos Economistas tem nesta matéria um capital de conhecimento e de experiência que deve ser partilhado com as demais associações e disponibilizado ao País. Neste âmbito, justifica-se a apresentação no CNOP de uma proposta de realização de um Fórum anual em que se discuta o “Estado da Nação” na perspetiva das diferentes associações profissionais.

Do mesmo modo deve relacionar-se com outras organizações congéneres, de outros países e internacionais e, em conformidade, ter uma política ativa de cooperação de forma a encontrar respostas para os contextos de mudanças profundas que se anteveem, face à crescente tendência para a multidimensionalidade e globalização dos desafios que se colocam à economia e aos economistas. Em particular, deverá retomar as relações com a *IEA – International Economic Association*, tendo como referência a sua credibilidade internacional e a importância que revestiu para a afirmação do prestígio da Ordem dos Economistas a realização em Portugal de um dos seus Congressos mundiais.

Como se referiu anteriormente, e no contexto das relações internacionais, deve ser reforçada a cooperação no plano ibérico, estreitando as relações de âmbito nacional e regional com as congéneres ibéricas e também no espaço da CPLP. Aqui é importante prestar apoio aos processos de constituição ou de afirmação das Associações locais, tal como tem

sido solicitado em diferentes momentos e como ficou registado no Encontro de Economistas das Cidades de Língua Portuguesa.

3. Organização e funcionamento da Ordem

Tal como disposto nos estatutos, a Ordem tem uma estrutura numerosa e complexa de órgãos diretivos, com funções não raro sobrepostas, de difícil funcionamento e com défice de eficiência, não obstante todo o empenho dos seus membros.

Neste contexto é fundamental distribuir responsabilidades, criar rotinas, dotar os órgãos das condições indispensáveis ao exercício das suas funções e criar um canal de comunicação das suas decisões.

Exige-se, ainda, uma maior integração entre a ação do Bastonário, a Direção Central e as Direções Regionais, com respeito pelas competências e autonomia próprias de cada órgão, com o firme propósito de permitir à Ordem uma intervenção global coerente. Com este objetivo devem ser institucionalizadas reuniões regulares entre estes três níveis de direção.

Igualmente deverão ser mobilizados para uma intervenção mais regular, de acordo com as suas competências, os Conselhos de Especialidade, em particular nas iniciativas públicas em que os Conselhos e os seus presidentes devem ser chamados a participar mais ativamente.

Por sua vez, a função de Secretário-Geral deve ser reforçada e dotada, em conformidade, de todas as condições para o exercício pleno de todas as responsabilidades que lhe forem atribuídas pela Direção, em particular no plano da gestão de serviços. Ao Secretário-Geral deverá caber, igualmente, um papel central na integração das atividades da Ordem, assegurando a comunicação regular entre os diferentes órgãos, bem como entre a direção central e as direções regionais.

Deverá igualmente ser definida uma estratégia de comunicação interna e externa adequada aos tempos atuais, com utilização plena do potencial associado às plataformas digitais e aos novos canais de divulgação de informação. **O que a Ordem faz e diz deve ser transformado numa referência para a sociedade portuguesa e objeto de reprodução regular nos diversos órgãos de comunicação social.**

Ainda neste âmbito, deve ser reforçada a voz da Ordem através **da dinamização da atribuição de prémios de diferente natureza**, associados ao exercício da profissão de Economista, incluindo o reconhecimento de boas práticas, **com o reforço do papel dos Conselhos de Especialidade.**

O Blog ***O Economista Atento***, criado no âmbito da Delegação Regional do Centro e Alentejo, deverá passar a constituir um órgão de comunicação geral e reestruturado em conformidade.

Do mesmo modo, a Ordem deve ponderar a criação de uma ***Revista própria***, que seja um canal privilegiado de relacionamento com a sociedade, de divulgação de trabalhos científicos, de comunicações em seminários e debates, de experiências profissionais, de boas práticas e de outros estudos que sejam considerados relevantes.

Deve ser, igualmente, ponderar a criação de uma ***Editora*** que promova a edição de obras consideradas importantes para a sociedade e para a afirmação da Ordem nos meios económicos e empresariais.

Uma palavra final

A Ordem dos Economistas deve assumir-se plenamente como a instituição pública representativa dos economistas. Deve pugnar pela defesa da formação específica e pelo reconhecimento do título de economista como condição para a execução dos atos próprios da profissão. Deve ter uma intervenção ativa na discussão das orientações económicas e sociais do país e ser a voz dos economistas junto dos órgãos de poder político e das instituições económicas públicas e privadas. ***Deve contribuir, com uma intervenção de referência, para o desenvolvimento económico e social e afirmar o país no contexto europeu e global.***

Os economistas, por sua vez, devem ver na Ordem o seu representante institucional e a garantia de que a sua qualidade e exclusividade como profissionais são defendidas pela intervenção que esta desenvolve. ***Devem reconhecer que pertencer à Ordem é não apenas uma adesão a uma associação, mas uma condição imprescindível para a sua afirmação e prestígio profissional.***

Ordem dos Economistas, 31 de julho de 2021

António Mendonça (Presidente da Delegação Regional do Centro e Alentejo)

António Cunha (Presidente da Delegação Regional do Norte)

Carlos Manso (Membro da Direção da Delegação Regional do Algarve)

António Rebelo de Sousa (Membro da Direção Regional do Centro e Alentejo)

Paulo Correia (Membro da Direção Regional do Centro e Alentejo)

Maria Rosa Borges (Membro da Direção Regional do Centro e Alentejo)

Miguel Fonseca (Membro da Direção Regional do Centro e Alentejo)